

Índice

Três notas de Clausewitz sobre <i>Da Guerra</i>	13
Prefácio do Autor	19

PRIMEIRA PARTE

Livro I: A Natureza da Guerra

I. Que é a guerra?	23
II. Fins e meios na guerra	44
III. O génio guerreiro	58
IV. Do perigo na guerra	78
V. Do esforço físico na guerra	80
VI. A informação na guerra	82
VII. A fricção na guerra	84
VIII. Conclusões do Livro I	88

Livro II: A Teoria da Guerra

I. Divisão da arte da guerra	93
II. Acerca da teoria da guerra	102
III. Arte da guerra ou ciência da guerra	123
IV. Metodismo	126
V. A crítica	132
VI. A propósito dos exemplos	151

Livro III: Da Estratégia em Geral

I. Estratégia	161
II. Os elementos da estratégia	169
III. Grandezas morais	171
IV. Os principais poderes morais	173

V. A virtude guerreira do exército	175
VI. A intrepidez	179
VII. Perseverança	184
VIII. A superioridade numérica	186
IX. A surpresa	191
X. A astúcia	196
XI. Reunião das forças no espaço	199
XII. Reunião das forças no tempo	200
XIII. A reserva estratégica	207
XIV. Economia das forças	210
XV. O elemento geométrico	212
XVI. Acerca da suspensão do acto de guerra	214
XVII. Do carácter da guerra moderna	219
XVIII. Tensão e repouso. A lei dinâmica na guerra	221

Livro IV: O Recontro

I. Resumo geral	227
II. Carácter da batalha moderna	228
III. O recontro em geral	230
IV. O recontro em geral (continuação)	235
V. O significado do recontro	243
VI. Duração do recontro	246
VII. A decisão do recontro	248
VIII. Consentimento das duas partes no recontro	255
IX. A batalha principal. A sua decisão	258
X. A batalha principal. Os efeitos da vitória	264
XI. A batalha principal. A utilização da batalha	270
XII. Meio estratégico para utilizar a vitória	276
XIII. Retirada depois de uma batalha perdida	286
XIV. O recontro nocturno	289

SEGUNDA PARTE

Livro V: As Forças Militares

I. Resumo geral	297
II. Exército, teatro de guerra e campanha	298
III. A relação de força	301
IV. A relação das armas	304
V. Ordem de batalha do exército	314
VI. Disposição geral do exército	321

VII. Guarda avançada e postos avançados	328
VIII. Forma de eficácia dos corpos avançados	336
IX. Os acampamentos	341
X. As marchas	344
XI. As marchas (continuação)	351
XII. As marchas (continuação)	355
XIII. Os aquartelamentos	359
XIV. O abastecimento	365
XV. As bases de operações	380
XVI. As linhas de comunicações	385
XVII. A região e o terreno	389
XVIII. As elevações dominantes	394

Livro VI: A Defesa

I. Ataque e defesa	401
II. Relações mútuas do ataque e da defesa em tática	405
III. Relações mútuas do ataque e da defesa em estratégia	409
IV. Carácter concêntrico do ataque e excêntrico da defesa	414
V. Carácter da defesa estratégica	418
VI. Extensão dos meios da defesa	420
VII. Acção recíproca do ataque e da defesa	427
VIII. Métodos de resistência	429
IX. A batalha defensiva	444
X. As fortalezas	449
XI. As fortalezas (continuação)	458
XII. A posição defensiva	463
XIII. Posições fortificadas e acampamentos entrincheirados	469
XIV. A posição de flanco	476
XV. A defesa em montanha	479
XVI. A defesa em montanha (continuação)	487
XVII. A defesa em montanha (continuação)	495
XVIII. A defesa das ribeiras e dos rios	500
XIX. A defesa das ribeiras e dos rios (continuação)	515
XX. a. A defesa dos pântanos	518
b. As inundações	520
XXI. A defesa das florestas	524
XXII. O cordão	526
XXIII. Chave do país	530
XXIV. Acção contra um flanco	534

XXV. Retirada no interior do país	545
XXVI. O armamento do povo	558
XXVII. Defesa de um teatro de guerra	565
XXVIII. Defesa de um teatro de guerra (continuação)	570
XXIX. Defesa de um teatro de guerra (continuação). A resistência escalonada	584
XXX. A defesa do teatro de guerra quando não se procura decisão	587

TERCEIRA PARTE

Livro VII: O Ataque

I. Analogias do ataque e da defesa	613
II. Natureza do ataque estratégico	615
III. Acerca dos objectivos do ataque estratégico	618
IV. Força decrescente do ataque	620
V. O ponto culminante do ataque	621
VI. O aniquilamento das forças armadas inimigas	623
VII. A batalha ofensiva	625
VIII. A travessia dos rios	627
IX. Ataque a posições defensivas	631
X. Ataque a acampamentos entrincheirados	633
XI. Ataque a uma cadeia de montanhas	635
XII. Ataque a linhas em cordão	638
XIII. A manobra	639
XIV. Ataque a terrenos pantanosos, inundações, florestas	642
XV. Ataque a um teatro de guerra no caso em que se procure uma decisão	644
XVI. Ataque a um teatro de guerra sem decisão	648
XVII. Ataque a fortalezas	652
XVIII. Ataque a comboios	657
XIX. Ataque a um exército inimigo nos seus aquartelamentos	660
XX. A diversão	666
XXI. A invasão	670
XXII. O ponto culminante da vitória	671

Livro VIII: O Plano de Guerra

I. Resumo geral	683
II. Guerra absoluta e guerra real	686
III. a. Coesão interna da guerra	690
b. Acerca da grandeza do objectivo de guerra e dos esforços a fornecer	693

IV. Definição mais precisa do objectivo da guerra	706
V. Definição mais precisa do objectivo da guerra (continuação)	714
VI. a. Influência do objectivo político sobre o propósito militar	717
b. A guerra é um instrumento da política	719
VII. Objectivo limitado. Guerra ofensiva	727
VIII. Objectivo limitado. A defesa	730
IX. O plano de guerra quando o objectivo é a destruição do inimigo	735
Posfácio, de Anatole Rapoport	763
Mapas	829

Primeira Parte

Livro I

A Natureza da Guerra

CAPÍTULO I

Que é a guerra?

1. Introdução

Em primeiro lugar, é nossa intenção estudar os diferentes *elementos* do nosso tema, depois as suas *diversas partes* ou *divisões*, e, finalmente, o *conjunto* na sua conexão interna; procederemos deste modo partindo do simples para o complexo. Mas este tema, mais que qualquer outro, necessita de uma vista de olhos preliminar acerca da natureza do conjunto, pois aqui, mais do que em qualquer outro domínio, a parte e o todo devem ser considerados em conjunto.

2. Definição

Não comecemos por uma definição da guerra, difícil e pedante; limitemo-nos à sua essência, ao duelo. A guerra nada mais é que um duelo a uma mais vasta escala. Se quisermos reunir num só conceito os inumeráveis duelos particulares de que a guerra se compõe, fariamos bem em pensar na imagem de dois lutadores. Cada um tenta, por meio da sua força física, submeter o outro à sua vontade; o seu objectivo *imediate* é o de *abater* o adversário a fim de o tornar incapaz de toda e qualquer resistência.

A guerra é pois um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.

Para defrontar a violência, a violência mune-se com as invenções das artes e das ciências. Ela é acompanhada de restrições ínfimas, que quase não vale a pena mencionar, e que impõe a si própria, sob o nome de leis

dos direitos dos povos, mas que, na realidade, não diminuem em nada a sua força. A violência — isto é, a violência física (uma vez que a violência moral não existe fora dos conceitos de Estado e da Lei) — constitui, portanto, o *meio*; o *fim* será impor a nossa vontade ao inimigo. Para se atingir com total segurança este fim, tem de se desarmar o inimigo, sendo este desarmamento, por definição, o objectivo propriamente dito das operações de guerra. Acaba por vir a constituir o próprio fim, que afasta, por assim dizer, como se se tratasse de algo que não fizesse parte da própria guerra.

3. Uso ilimitado da força

As almas filantrópicas poderiam então facilmente julgar que existe uma maneira artificial de desarmar e derrotar o adversário sem verter demasiado sangue, e que é para isso que tende a verdadeira arte da guerra. Por mais desejável que isso pareça, é um erro que é preciso eliminar. Num assunto tão perigoso como é a guerra, os erros devido à bondade da alma são precisamente a pior das coisas. Como o uso da força física na sua integralidade não exclui de modo nenhum a colaboração da inteligência, aquele que se utiliza sem piedade desta força e não recua perante nenhuma efusão de sangue ganhará vantagem sobre o seu adversário se este não agir da mesma forma. Por este facto, ele dita a sua lei ao adversário, de modo que cada um impele o outro para extremos nos quais só o contrapeso que reside do lado adverso traça limites.

Eis como se devem considerar as coisas. Ignorar o elemento de brutalidade, devido à repugnância que ele inspira, é um desperdício de força, para não dizer um erro.

Se as guerras das nações civilizadas são bastante menos cruéis e destruidoras do que as das nações não civilizadas, isso deve-se à situação social desses Estados, tanto à de cada um em particular, como à que é ditada pelas suas relações: são essas condições que lhe dão formas, a limitam e a moderam. Mas tais elementos em si mesmos não pertencem à guerra; são-lhe preexistentes. Não seria possível introduzir um princípio moderador na própria filosofia da guerra sem cometer um absurdo.

O conflito entre os homens depende, na realidade, de dois elementos diferentes: o *sentimento de hostilidades* e a *intenção hostil*. Destes dois elementos escolhemos o último para imprimir à nossa definição a sua marca distintiva, pois ele é o mais geral. O sentimento de ódio mais apaixonado, mais selvagem e quase instintivo é inconcebível isento de intenções

hostis, enquanto existem bastantes intenções hostis nas quais não está envolvida nenhuma animosidade, ou pelo menos nenhum sentimento predominante de animosidade. Entre os selvagens prevalecem as intenções inspiradas pela sensibilidade; entre os povos civilizados prevalecem as que são ditadas pela inteligência. No entanto, esta diferença não é devida à natureza intrínseca da selvageria e da civilização, mas às circunstâncias concomitantes, às instituições, etc. Ela não existe, pois, forçosamente, em cada caso particular, mas prevalece na maioria dos casos. Numa palavra: mesmo as nações mais civilizadas podem ser arrebatadas por um ódio feroz.

Por aqui se vê quanto estaríamos longe da verdade se reduzíssemos a guerra entre povos civilizados a um acto puramente racional dos governos, que nos pareceria cada vez mais isento de toda e qualquer paixão, de tal modo que, afinal de contas, o peso físico das forças armadas já nem seria necessário e que bastariam relações teóricas entre elas — uma espécie de álgebra da acção.

A teoria estava a encaminhar-se por esta via quando os acontecimentos das últimas guerras¹ lhe imprimiram uma nova direcção. Se a guerra é um acto de violência, também a sensibilidade necessariamente fará parte dela. Ainda que a guerra não provenha desta, incide, todavia, mais ou menos sobre ela, e este mais ou menos não depende do grau de civilização, mas sim da importância e persistência dos interesses inimigos.

Quando se vê povos civilizados recusarem-se, quer a conduzir os prisioneiros à morte, quer a saquear cidades e campos, é porque a inteligência tem um lugar muito mais importante na sua forma de conduzir a guerra, e que ela lhes ensinou a utilizar a força dum modo mais eficaz do que através da manifestação brutal do instinto.

A invenção da pólvora e os incessantes progressos no desenvolvimento das armas de fogo demonstram, por si, que, de facto, a tendência para destruir o inimigo, inerente ao conceito da guerra, não foi de modo nenhum entravada ou reprimida pelo progresso da civilização.

Repetimos, pois, a nossa afirmação: a guerra é um acto de violência e não há nenhum limite para a manifestação desta violência. Cada um dos adversários executa a lei do outro, donde resulta uma acção recíproca, que, enquanto conceito, deve ir aos extremos. Tal é a *primeira acção recíproca* e o *primeiro extremo* que se nos deparam.

(Primeira acção recíproca.)

¹ As Guerras Napoleónicas. (N. E.)

4. O objectivo é desarmar o inimigo

Dissemos que o *desarmamento* do inimigo é o objectivo de qualquer acto de guerra; vamos provar que, pelo menos em teoria, isto tem de ser necessariamente assim.

Para que o adversário se submeta à nossa vontade, é preciso colocá-lo numa situação mais desfavorável do que o sacrifício que lhe exigimos. Todavia, a desvantagem da sua situação não deve naturalmente ser transitória, ou, pelo menos, aparentá-lo; caso contrário, o adversário esperaria um momento mais favorável e não cederia. Por conseguinte, qualquer mudança de situação que o arrasta na prossecução da actividade da guerra deve, pelo menos em teoria, conduzir a uma situação *ainda mais desfavorável*. A pior das situações para um beligerante é aquela em que este se encontra completamente desarmado. Portanto, se mediante um acto de guerra queremos forçar o nosso adversário a executar a nossa vontade, é necessário ou desarmá-lo realmente ou colocá-lo em tais condições que ele se sinta ameaçado por essa probabilidade. Daqui resulta que o desarmamento ou a derrota do inimigo — seja qual for a palavra que se escolha — deve constituir sempre o objectivo da acção militar.

Ora, a guerra não é a acção duma força viva sobre uma massa inerte mas, como a não resistência absoluta seria a negação da guerra, ela é sempre a colisão de duas forças vivas, e o que dissemos sobre o objectivo supremo dos actos de guerra aplica-se implicitamente às duas partes. Também aqui a acção é recíproca. Enquanto eu não tiver abatido o meu adversário, posso temer que ele consiga destruir-me. Eu não sou dono de mim próprio, visto ele me ditar as suas leis, assim como eu lhe dito as minhas. Tal é *a segunda acção recíproca que nos conduz ao segundo extremo*.

(Segunda acção recíproca.)

5. Máximo desenvolvimento de forças

Se se quer vencer o adversário, deve-se proporcionar o esforço à sua força de resistência. Esta é o produto de dois factores inseparáveis: *a extensão de meios de que dispõe o adversário e a firmeza da sua vontade*.

É possível calcular a amplitude de meios de que ele dispõe, pois estes assentam (ainda que não inteiramente) em números; já assim não sucede no que se refere à firmeza da sua vontade, a qual só pode medir-se apro-

ximadamente segundo a força do motivo que a inspira. Supondo que a nossa estimativa sobre o poder de resistência do inimigo se ajusta mais ou menos à realidade, podemos então adequar proporcionalmente os nossos esforços a tal poder, intensificando-os de modo a assegurar o nosso domínio ou fazer o melhor possível, se não dispusermos dos meios necessários para isso. Mas o adversário actua de maneira idêntica; donde resulta uma nova competição que, em teoria pura, implica uma vez mais um impulso para os extremos. Encontramos aqui *a terceira acção recíproca* e o *terceiro extremo*.

(Terceira acção recíproca.)

6. Modificações na realidade

No domínio abstracto do puro conceito, a reflexão jamais descansa antes de ter atingido o seu extremo, porque é com um extremo que ela trava o combate — o conflito de forças entregues a si próprias e não obedecendo senão às suas próprias leis. Se do puro conceito teórico da guerra quisermos deduzir um objectivo absoluto preconcebido, assim como os meios de o alcançar, essas contínuas acções recíprocas conduzir-nos-iam a extremos que não seriam senão um jogo de pura imaginação, produto de uma engrenagem mal visível de argúcias lógicas. Se, atendo-nos estreitamente ao absoluto, quiséssemos iludir todas as dificuldades por uma simples afirmação, sustentando um ponto de vista estritamente lógico, que é necessário estar sempre pronto para tudo e afrontar esse extremo num esforço que atingisse o paroxismo, a nossa afirmação permaneceria letra morta sem aplicação no mundo real.

Admitindo também que esse extremo do esforço seja um absoluto, de fácil descoberta, nem por isso se deveria deixar de reconhecer que o espírito humano dificilmente se submeteria a tais fantasias lógicas. Em muitos casos o resultado seria um inútil dispêndio de forças que a arte da governação teria de compensar por meio de outros princípios. Isso implicaria um esforço de vontade desproporcional ao objecto visado e impossível de produzir. Porque a vontade do homem nunca colhe as suas forças nas subtilezas lógicas.

Mas tudo assume uma forma diferente se passarmos da abstracção à realidade. No abstracto tudo teria de ser considerado com optimismo, e era preciso conceber que cada um dos dois campos não só tenderia para

a perfeição, mas que também a alcançaria. Poderá alguma vez ser assim na realidade? Seria esse o caso se:

1) a guerra fosse um acto completamente isolado, que surgisse brusca-mente e sem conexão com a vida anterior do Estado;

2) se ela consistisse numa decisão única ou em várias decisões simultâneas;

3) se ela envolvesse uma decisão completa em si própria, e se não se tivesse tomado em conta a situação política que dela deve resultar e reagir sobre ela.

7. A guerra nunca é um acto isolado

Quanto ao primeiro ponto, é preciso recordar que nenhum dos dois antagonistas é para o outro uma pessoa abstracta, mesmo no que se refere a esse factor de resistência que não depende das coisas exteriores e que é a vontade. Esta vontade não é qualquer coisa de completamente desconhecido. O que ela é hoje ensina-nos o que será amanhã. A guerra nunca deflagra subitamente: a sua extensão não é obra dum instante. Cada um dos dois adversários pode, por isso, em larga medida, formar uma opinião do outro, segundo o que ele é e o que ele faz na realidade, e não segundo aquilo que em teoria ele deveria ser e fazer. Todavia, o homem, com a sua organização imperfeita, mantém-se sempre aquém da linha do melhor absoluto, e, como tais deficiências agem dos dois lados, elas tornam-se um princípio moderador.

8. A guerra não consiste num só golpe sem duração

O segundo ponto dá lugar às observações que se seguem.

Se o resultado da guerra dependesse duma decisão única ou de várias decisões simultâneas, os preparativos com vista a tal decisão ou a tais decisões múltiplas deveriam naturalmente ser levados ao extremo. Uma ocasião perdida jamais se reencontra. A única indicação que o mundo real poderia fornecer-nos relativamente às medidas a tomar seria, quando muito, a indicação das medidas adoptadas pelo nosso adversário, tanto quanto nos fosse possível conhecê-las, e tudo o resto deveria uma vez mais ser remetido para o reino da abstracção. Mas se a decisão consiste

em vários actos sucessivos, cada um deles ligado às circunstâncias de que depende, pode dar uma dimensão daquele que se segue, e também neste caso o mundo real se substitui ao mundo abstracto e, por consequência, atenua a tendência para o extremo.

No entanto, qualquer guerra seria necessariamente reduzida a uma decisão única ou a várias decisões simultâneas se os meios disponíveis com vista à luta fossem todos postos em prática ao mesmo tempo, ou pudessem sê-lo. Porque um resultado *desfavorável* diminui forçosamente tais meios, e se eles foram *todos* utilizados em vista da primeira decisão, uma segunda torna-se completamente impensável. Todos os actos de guerra que poderiam seguir-se fariam essencialmente parte do primeiro e mais não seriam verdadeiramente do que o seu prolongamento.

Mas nós vimos que, desde os preparativos de guerra, o mundo real já tirou o lugar ao puro conceito e medidas reais substituíram os extremos hipotéticos. Quanto mais não fosse por esta razão, cada um dos dois antagonistas terá pois de se deter no decurso da acção recíproca, antes da linha dum esforço paroxístico, e as suas forças não serão todas mobilizadas portanto ao mesmo tempo.

Mas a própria natureza e utilização de tais forças torna impossível pô-las em prática simultaneamente. Tais forças são: *as forças militares propriamente ditas*, o território com o seu espaço e a sua população, e *os aliados*.

O território com o seu espaço e a sua população é não só a fonte de toda a força militar propriamente dita, como também faz parte integrante dos factores que agem sobre a guerra, quanto mais não seja porque ele constitui o teatro das operações ou porque ele exerce sobre este uma influência marcante.

Ora, todos os efectivos militares móveis podem muito bem ser mobilizados simultaneamente, mas não todas as fortalezas, rios, montanhas, habitantes, etc., em suma, o país todo, a menos que ele seja tão pequeno que a primeira acção de guerra o englobe por inteiro. Depois, a cooperação dos aliados não depende da vontade dos beligerantes, e a própria natureza das relações políticas quer que, muitas vezes, ela só se torne efectiva mais tarde, ou se reforce para restabelecer o equilíbrio perdido.

Que a parte dos meios de resistência que não pode ser posta em prática imediatamente seja em muitos casos bastante mais importante do que à primeira vista se pensava; que, portanto, ela se torne susceptível de restabelecer o equilíbrio das forças mesmo quando a primeira decisão foi executada com uma tal violência que esse equilíbrio ficou seriamente